

Intervenção do Presidente da Distrital Lisboa do PSD no Encerramento da cerimónia de assinatura do Acordo sobre a Reforma Administrativa de Lisboa

Durante séculos criámos estruturas administrativas pensando na geografia, na distância física entre os cidadãos e os centros de decisão.

Em 1856 dá-se uma importante ruptura na maneira da administração se relacionar com os cidadãos e na própria forma como os cidadãos se relacionavam entre eles. Refiro-me à introdução em Portugal, do comboio a vapor.

Uma máquina que encurtava distâncias.

Uma notícia de Lisboa, já não demorava uma semana a chegar ao Porto.

E esta inovação é de tal forma revolucionária que justifica a mais profunda reforma do mapa administrativo português. Associam-se concelhos e freguesias e reduzem-se as estruturas administrativas para menos de metade.

Estávamos no sec. XIX.

Desde então, o homem inventou o telégrafo, o automóvel, o telefone, as auto-estradas, o computador, a internet e a

banda larga. Ferramentas que encurtam distâncias e aproximam efectivamente as pessoas.

Estamos agora a implementar a fibra óptica e, no entanto, o mapa administrativo do país continua a ser do tempo do comboio a vapor.

O mundo está hoje diferente.

Não faz sentido continuar a administrar o país como se nada disto, entretanto, não tivesse sido acontecido.

Quando encontramos proximidade numa via rápida ou numa auto-estrada de informação deixamos de ter a área geográfica e a distância física como barreiras ou dogmas.

O critério deve ser, sobretudo, populacional. Os órgãos de governo são órgãos de serviço. Devem servir os munícipes das freguesias, cidades ou regiões.

Temos de ser capazes de pensar na racionalização dos nossos recursos à luz das novas tecnologias.

Temos de ser capazes de discutir a reforma do mapa administrativo sem preconceitos ideológicos.

Sem bairrismos. Sem medo de perder lugares.

Este é o exemplo para o qual o PSD quer contribuir em Lisboa.

Este é o exemplo que o país deve seguir.

Senhoras e senhores,

As dificuldades dos tempos actuais obrigam-nos, a todos, a assumir novas atitudes e aceitar que velhos e novos problemas exigem respostas diferentes, as quais, devem visar apenas e só, o interesse público e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que representamos, em detrimento de meras tácticas conjunturais de cariz partidário ou pessoal.

Todos os dias, ouvimos falar em défice e dívida.

Sentimos que a economia trava e o desemprego galopa. Percebemos que o talento jovem é desperdiçado e os mais velhos desprezados por um Estado que de social só tem o sufixo.

Este é o retrato de um país, Portugal.

Mas, infelizmente, esta é também uma realidade local: de Belém à Ameixoeira, de Benfica ao Beato: Lisboa não respira saúde. Tem problemas estruturais que importa ultrapassar.

Mais ainda, quando falamos de Lisboa. Capital do país. Motor maior do seu crescimento e desenvolvimento. Cidade que, pensando localmente, tem de competir globalmente.

Mais do que nunca: Portugal precisa de Lisboa. Da sua energia. Da sua irreverência. Da sua criatividade.

Senhoras e senhores,

2011, todos sabemos, será um ano muito difícil.

Um ano em que as pessoas e as instituições vão precisar, mais do que nunca, das autarquias. Vão precisar do melhor que temos para oferecer: proximidade.

Há 50 anos, a cidade de Lisboa era o Terreiro do Paço e alguns bairros mais ou menos novos que iam nascendo.

Havia indústria em Alcântara e criação de gado no Lumiar.

Essa realidade já não existe. No entanto, insistiu-se na cristalização de um modelo administrativo desse tempo. Um tempo que passou e abriu um fosso entre as instituições políticas e as necessidades dos cidadãos.

Hoje, aqui, damos um passo fundamental em direcção às pessoas.

Esta reforma administrativa tem a virtude de simultaneamente desfazer pequenos e grandes poderes. Emergem no seu lugar estruturas intermédias.

A redistribuição de poder cria novas unidades administrativas, mais coesas e mais aptas a defender os lisboetas e a promover a sua qualidade de vida.

Ao propormos a redução do número de freguesias de 53 para 24, acabamos com unidades administrativas que, de tão pequenas, se tornaram absolutamente anacrónicas.

Ninguém duvide que valorizamos as identidades e idiossincrasias de bairros históricos. Contudo, do ponto de vista organizacional, concordamos que uma capital moderna não é governável num contexto administrativo de 53 Freguesias, sendo que umas têm 400 habitantes e outras 40 mil.

Por outro lado, esta reforma administrativa visa também reformar um monstro burocrático e centralizador que, ao longo de décadas, foi engordando a partir da Praça do Município.

Para as Juntas, é transferida uma nova gama de competências, da gestão do espaço público à habitação, da gestão de equipamentos ao apoio social.

Lisboa passa agora a ter 24 mini câmaras.

No ADN desta reforma estão, por isso, dois princípios fundamentais em democracia: descentralização e subsidiariedade.

Senhoras e Senhores,

Dentro em breve, daremos início aos processos de transição e de mudança. Processos que, sabemos, não serão fáceis especialmente para as juntas que vão ser agregadas. Vão surgir resistências. Divergências. Mas permitam-me, senhores autarcas, que vos transmita uma convicção profunda:

Esta é uma oportunidade que não podemos desperdiçar. Uma oportunidade única para fazer a diferença e para nos posicionarmos como principal ponto de referência dos cidadãos. Uma oportunidade única para prestigiarmos o poder local. Uma oportunidade única para que esta reforma administrativa possa servir de referencial às muitas reformas de que a capital do país tanto carece.

Permitam-me, senhor presidente da Câmara de Lisboa e Sr. Presidente da FAUL, uma última palavra.

Durante meses, discutimos os princípios orientadores de um novo modelo de governo para Lisboa. Notámos, com agrado, o clima em que essas reuniões decorreram e o acolhimento que fomos tendo visando encontrar a solução que agora propomos. Uma proposta que PSD e PS elegeram como prioritária na última campanha eleitoral.

Ao longo dos últimos meses, tivemos as nossas divergências. Mas, no fim, chegámos a um consenso. Hoje, selamos um compromisso. Consenso e compromisso.

É isso que os eleitores esperam de nós, políticos, em tempos de dificuldade.

Só assim posicionaremos Lisboa e o País com capacidade de vencer num ambiente de competitividade global.

Os problemas estruturais que Lisboa enfrenta, exigem reformas profundas que nada têm a ver com ciclos eleitorais e tacticismos político-partidários.

Por muitas que sejam as nossas divergências, por muito diferentes que sejam os nossos pontos de vista, deve ser muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa, quando competimos com outras cidades ibéricas e europeias.

Como Lisboetas e Portugueses essa é a nossa responsabilidade, esta é a nossa obrigação.